



Governo do Distrito Federal  
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90031/2025**  
**(Processo Administrativo nº 00053-00197044/2024-68) - Código UASG: 170394**

Torna-se público que o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, sediado no QCG – Quartel do Comando Geral, SAM Lote D Módulo E – Brasília – Distrito Federal - CEP 70620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.977.914/0001-19, por meio da Diretoria de Contratações e Aquisições, do Departamento de Administração e Logística - CBMDF/DEALF/DICOA, realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#) e do Decreto 44.330, de 16 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

**Data de Início de Propostas (Divulgação): 12/08/2025**

**Data fim de recebimento de propostas: 19/08/2025 às 08:29**

**Horário da Fase de Lances: 08h30 às 14h30**

**Valor previsto para a contratação: R\$ 58.494,65 (cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos)**

**Critério de Julgamento: Menor Preço por Item**

**Exclusivamente ME/EPP/Equiparadas: SIM**

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Aquisição de materiais de consumo para a Banda de Música e Assessoria de Projeto Sociais (APROS) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).

1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema Comprasnet com o Termo de Referência, prevalecerá este último.**

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica estará disponível gratuitamente na página [www.cbm.df.gov.br](http://www.cbm.df.gov.br) (clique em "Transparência / acesso à informação / licitações e Contratos / licitações").

2.3. Somente poderão participar desta dispensa eletrônica as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, em cumprimento ao art. 48, inciso I, c/c art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, que atenderem a todas as exigências constantes neste Aviso e seus Anexos, sendo inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

## 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O procedimento de ingresso na dispensa eletrônica, bem como o cadastramento de proposta, obedecerão

os ritos e as exigências previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Subseção II, da Seção III, Capítulo VIII do Decreto distrital nº 44.330/2023.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, para correção de divergência na qualidade ou quantidade do objeto, sua substituição em prazo indicado no Termo de Referência.

3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. O procedimento da fase de lances na dispensa eletrônica obedecerá os ritos e as exigências previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Subseção III, da Seção III, Capítulo VIII do Decreto distrital nº 44.330/2023.

#### 5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O julgamento/conformidade da(s) proposta(s) e a habilitação do(s) fornecedor(es), bem como a adjudicação, homologação e a eventual aplicação de sanções, obedecerão os ritos e as exigências previstos na Lei nº 14.133/2021 e nas Subseções IV e V da Seção III Capítulo VIII do Decreto distrital nº 44.330/2023.

**5.2. Como alguns itens da presente aquisição se dará por agrupamento e devido a limitação do sistema, informo que não serão aceitas propostas que apresentarem valores globais e unitários acima do estimado. Desta feita, em que pese o cadastramento da proposta inicial em sistema se dê pelo valor global (todo material), ao apresentar suas propostas detalhadas, contemplando cada item relacionado no tópico 8 do Termo de Referência N° 166/2025 - DIMAT, estes deverão ter valores unitários inferiores aos estimados por item.**

5.3. Encerrada a fase de lances, ficará estabelecido prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da solicitação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado ou negociado.

5.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de contratação por solicitação expressa e justificada do participante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Agente.

5.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Será desclassificada a(s) proposta(s) que:

5.7.1. Contiver vícios insanáveis,

5.7.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos,

5.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação,

5.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração,

5.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida

a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Os dados inseridos na proposta, como correio eletrônico, número de telefone e fax, serão utilizados para a comunicação oficial entre o CBMDF e a empresa, tanto na fase seleção do fornecedor quanto na fase contratual.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. Para a habilitação do(s) fornecedor(es) mais bem classificado(s) serão exigidas, exclusivamente, as condições de que dispõe a Lei nº 14.133/2021 - Capítulo VI;

6.2. A verificação dos documentos de que trata o subtópico 6.1, será realizada em sistemas de cadastro de fornecedores mantidos pelo Distrito Federal ou pelo Governo Federal ou, ainda, em outros sistemas disponíveis no mercado, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes em todos os sistemas.

6.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.3.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, em especial aos constantes nos níveis de cadastramentos II (HABILITAÇÃO JURÍDICA), III (REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA FEDERAL) e IV (REGULARIDADE FISCAL ESTADUAL/DISTRITAL E MUNICIPAL);

6.3.1.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.1.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis));

6.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.3.4. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.3.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens “6.3.2.”, “6.3.3” e “6.3.4” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.receita.fazenda.df.gov.br](http://www.receita.fazenda.df.gov.br).

6.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subtópico 6.3, ou de documentos não constantes dos sistemas de cadastro de fornecedores, o CBMDF solicitará ao vencedor, no prazo estabelecido pelo Agente de contratação, o envio desses complementos por meio do sistema.

6.5. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea “c” do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

6.6. Na hipótese de o(s) fornecedor(es) não atender(em) às exigências para a habilitação, o CBMDF examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

## **7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

7.2. O(s) fornecedor(es) estará(ão) sujeito(s) às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e

em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.

7.3. O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal - atesto, liquidação e pagamento.

7.4. Integram este Aviso de Contratação Direta os seguintes anexos:

7.4.1. ANEXO I – Termo de Referência;

7.4.2. ANEXO II - Modelo de Proposta.

Responsável pela condução do certame: 2º Sgt. QBMG-1 JEREMIAS ARAUJO ALVES DA COSTA, matr. 2909391, como o agente de contratação responsável pela condução da Dispensa Eletrônica e, em eventual impedimento, a 3º Sgt. QBMG-1 LAYS RODRIGUES DE SOUZA, matr. 1053845, ou a 3º Sgt. QBMG-1 FERNANDA LUIZA PETRUS, matr. 1053627.. Telefone (61) 3193-0190. Horário do expediente administrativo: 13h às 19h de segunda a quinta-feira e de 07h às 13h nas sextas-feiras. E-mail da seção: [dicoa.sudir@cbm.df.gov.br](mailto:dicoa.sudir@cbm.df.gov.br).

## ANEXO I



Governo do Distrito Federal  
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal  
Diretoria de Materiais e Serviços  
Seção de Elaboração de Projetos Básicos e Pedidos de Compras

Termo de Referência - CBMDF/DIMAT/SEPEC

## TERMO DE REFERÊNCIA N.º 166/2025

### 1. OBJETO

Aquisição de materiais de consumo para a Banda de Música e Assessoria de Projeto Sociais (APROS), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

### 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a Portaria nº 24, de 25 de novembro de 2020, publicado no Suplemento ao BG 223, de 1º de dezembro de 2020, a Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal integra o Centro de Comunicação Social - CECOM/CBMDF, e que por sua vez, conforme o Decreto nº 31.817, de 21 de Junho de 2010, compete a este Centro assessorar o Comandante-Geral nos assuntos de interesse institucional que envolve as atividades de comunicação, cerimonial e serviços inerentes à Banda de Música.

Dentre as atribuições da Banda de Música, de acordo com o Art. 295 da Portaria nº 24/2020, temos:

- I - executar hinos, marchas e canções militares por ocasião das solenidades e formaturas;
- II - participar de eventos de interesse da Corporação;
- III - promover e/ou participar de projetos artístico-musicais que visem a interação do CBMDF com a comunidade;
- IV - apoiar os projetos do Centro de Comunicação Social junto à comunidade;
- V - planejar a programação artístico-musical anual, com base nas datas comemorativas e eventos programados pela Corporação;

- VI - zelar pela guarda, controle e manutenção das partituras e arquivo musical;
- VII - elaborar arranjos, transcrições, instrumentações e editorações de obras musicais.

A aquisição de materiais de consumo para a Banda de Música, além de vir ao encontro da visão geral operacional do CBMDF em seu viés preventivo, visa atender aos seguintes objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico do CBMDF 2017-2024, aprovado pela Portaria 11, de 11 de abril de 2017, publicado no Boletim Geral 072 de 13 de abril de 2017:

- Objetivo Nº 3. Aprimorar a responsabilidade socioambiental da corporação;
- Objetivo Nº 4. Consolidar a governança corporativa;
- Objetivo Nº 5. Aperfeiçoar a gestão;
- Objetivo Nº 6. Garantir a infraestrutura apropriada às atividades operacionais e administrativas;
- Objetivo Nº 9. Valorizar o profissional bombeiro-militar.

#### **Definição do problema:**

**Estoque de uso diário insuficiente: A quantidade de materiais de consumo disponíveis não é suficiente para atender às necessidades da Banda de Música e da APROS para o ano de 2025.**

A banda de música desempenha um papel fundamental na representação institucional, na preservação da tradição e na integração com a sociedade civil. Suas apresentações são momentos de orgulho e excelência, tanto para a instituição quanto para a comunidade em geral. No entanto, para cumprir efetivamente sua missão institucional, é essencial que a banda disponha de materiais de consumo dos instrumentos musicais, confiáveis e adequados às suas necessidades operacionais.

O problema a ser resolvido reside na necessidade de reposição de estoque de materiais de consumo essenciais para o bom funcionamento dos instrumentos musicais nos ensaios e apresentações, sem os quais comprometem a qualidade e a eficácia das atuações. Esta insuficiência e deficiência pode gerar uma produção sonora inconsistente e até mesmo a descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos. Como exemplo, podemos citar as palhetas que, sem elas, os instrumentos não emitem som. Um outro bom exemplo são os óleos que permitem a lubrificação dos pistos, válvulas, chaves e outros componentes dos instrumentos musicais da família dos metais, garantindo a movimentação necessária na execução das músicas.

Diante desse cenário, a necessidade de contratação de novos materiais de consumo surge como uma medida essencial para garantir a excelência e a continuidade das atividades da banda de música do CBMDF e dos Projetos Sociais da APROS. A aquisição de materiais modernos e eficientes não apenas elevará o padrão de qualidade das apresentações, mas também fortalecerá o prestígio e a imagem institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal perante a sociedade.

Atualmente, o estoque de materiais de consumo da banda é suficiente para atender a demanda somente do primeiro semestre de 2025, o que nos leva a buscar solução para a aquisição dos insumos necessários para a finalização do ano vigente, para assegurar as atividades da banda e preservar a qualidade de suas apresentações.

A aquisição de material de consumo, como palhetas e óleos, para a banda de música do CBMDF pode trazer diversos ganhos e melhorias significativas. A melhoria na qualidade do som é um dos principais benefícios. Com palhetas novas e óleos adequados, os instrumentos produzirão um som mais limpo e preciso, elevando a qualidade das apresentações. Além disso, o desempenho técnico dos músicos será aprimorado. Eles poderão tocar com mais facilidade e eficiência, já que os instrumentos estarão em melhores condições de uso. Isso pode resultar em performances mais seguras e confiantes. Outro benefício importante é a durabilidade dos instrumentos. A manutenção regular com óleos apropriados pode prolongar a vida útil dos instrumentos, reduzindo a necessidade de reparos frequentes e economizando recursos a longo prazo. A motivação dos músicos também será impactada positivamente. Ter acesso a materiais de qualidade pode aumentar a moral e a motivação dos músicos, incentivando um maior comprometimento e dedicação às práticas e apresentações. A reputação e o prestígio da banda também podem ser melhorados. Apresentações de alta qualidade podem atrair mais convites para eventos e aumentar o reconhecimento e prestígio da instituição. Por fim, a experiência do público será mais agradável e envolvente. O público desfrutará de uma experiência musical mais rica, o que pode fortalecer o vínculo entre a banda e a comunidade.

Sob a perspectiva do interesse público, investir nestes materiais para o CBMDF é crucial para preservar e promover os valores de excelência, tradição e representatividade. Além disso, ao proporcionar melhores condições de trabalho para os membros da banda e integrantes dos projetos sociais, a contratação pretendida contribuirá para a motivação e o engajamento de todos, refletindo-se positivamente em sua performance e na satisfação pessoal e do público. Portanto, é de grande interesse da sociedade garantir que a banda de música do CBMDF continue a exercer suas atividades de forma plena e com a qualidade necessária.

Os recursos a serem utilizados nesta compra estão previstos planejamento de contratações para 2025, por meio do PARF/2025, na natureza de despesa 33.90.30.25 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS , como indicado no Memorando 433 (168865127).

### 3. JUSTIFICATIVA DO OBJETO SER BEM COMUM

É possível observar, diante das especificações contidas neste Termo de Referência que o objeto almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas.

### 4. JUSTIFICATIVA DA NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conforme Parecer Jurídico n.º 45/2024 da PGDF, p. 39, *in verbis*:

Impende destacar que, **como regra, os órgãos e entidades do Distrito Federal devem utilizar o procedimento de intenção de registro de preços.** No entanto, a autoridade competente pelo procedimento licitatório poderá afastar a IRP tanto nos casos de impossibilidade material de sua utilização (inviabilidade) quanto nas hipóteses em que seu emprego não se revelar conveniente e oportuno para a Administração (grifo nosso).

De acordo com o inciso II do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, as compras, quando pertinente, serão processadas através de Sistema de Registro de Preços e em consonância, o art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 especifica:

Art. 190. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

§ 1º O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado; e

III - haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

O presente processo de aquisição **NÃO** se enquadra nos pré-requisitos citados pois trata-se de objeto com **QUANTIDADE PREVIAMENTE DEFINIDA neste Termo de Referência**

### 5. JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO E DA INDIVISIBILIDADE

Abaixo contém uma tabela demonstrativa dos agrupamentos, da indivisibilidade e suas respectivas justificativas:

Grupo	Item(s)	Justificativa
1	1 a 14	Agrupamento deu-se por semelhança do material
2	15 a 19	Agrupamento deu-se por semelhança do material

Este Termo de Referência foi elaborado com agrupamento de itens por semelhança do material, não sendo possível ser licitado em itens isolados, pela perda da economia de escala, uma vez que quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser o seu custo. Trata-se ainda de material comumente comercializado por

uma mesma empresa, em razão da similaridade. Ademais, em se tratando de mesmo contratado para os grupos, o valor global será economicamente mais viável.

## **6. JUSTIFICATIVA DO TRATAMENTO PREFERENCIAL E SIMPLIFICADO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DAS ENTIDADES PREFERENCIAIS**

Conforme preconiza a Lei Complementar 123 de 2006, a Lei 4.611 de 2011 e o Decreto 35.592 de 2014, serão aplicados às entidades preferenciais, microempresas e empresas de pequeno porte, os seguintes benefícios aos itens e aos grupos divisíveis: participação exclusiva até o valor estimado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Respeitando o art. 25 da Lei 4.611 de 2011, *in verbis*:

"Art. 25. Serão destinadas à participação exclusiva de entidades preferenciais as contratações cujo objeto tenha valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

§ 1º O instrumento convocatório deverá prever que será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial.

§ 2º A não aplicação da regra deste artigo deverá ser justificada, enquanto não for atingido o limite percentual do tratamento favorecido e diferenciado."

Os itens e os grupos beneficiados serão destacados no tópico "ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES...", em coluna própria "TIPO DE BENEFÍCIO ME/EPP".

No tocante aos itens e aos grupos indivisíveis apontados no tópico "JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO E DA INDIVISIBILIDADE", bem como os itens que houver quantidade insuficiente, não serão aplicados os benefícios supracitados, em consonância com o art. 49 da Lei Complementar 123 de 2006 e os arts. 24, 25, 26 e 28 da Lei 4.611 de 2011.

## **7. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO**

<b>GRUPO</b>	<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ACEITÁVEIS</b>	<b>CATMAT</b>	<b>UNIDADE DE FORNECIMENTO</b>	<b>QUANT</b>	<b>MEMÓRIA DE CÁLCULO</b>	<b>TIPO DE BENEFÍCIO ME/EPP</b>
--------------	-------------	--	---------------	--------------------------------	--------------	---------------------------	---------------------------------

1	<p>Palheta para Clarinete (Sib - Bb), fabricada em cana da alta qualidade (Arundo donax), no tipo de corte TRADICIONAL com espessura da ponta: 0,09 mm e Espessura do talão: 2,8 mm, de dureza e força N° 3, cada palheta deve ser acondicionada individualmente em embalagens com barreira de umidade. As embalagens devem conter informações claras sobre: modelo, especificações técnicas, data de fabricação e lote. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música</p>	445363	Caixa com 10	10	<p>Na banda, temos 4 músicos clarinetistas que utilizam, em média, 4 palhetas por mês cada um, resultando em um consumo total de 16 palhetas mensais. Ao longo de 12 meses, isso equivale a 192 palhetas por ano. Como as palhetas geralmente são fornecidas em caixas com 10 unidades, o total necessário seria de 200 palhetas anuais. Dividos no dois tipos de numeração de preferência dos músicos.</p>	

2	<p>Palheta para Clarinete (Sib - Bb), fabricada em cana da alta qualidade (Arundo donax), no tipo de corte TRADICIONAL com espessura da ponta: 0,09 mm e Espessura do talão: 2,8 mm, de dureza e força N° 3,5, cada palheta deve ser acondicionada individualmente em embalagens com barreira de umidade. As embalagens devem conter informações claras sobre: modelo, especificações técnicas, data de fabricação e lote. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música</p>	445362	Caixa com 10	10	<p>Na banda, temos 4 músicos clarinetistas que utilizam, em média, 4 palhetas por mês cada um, resultando em um consumo total de 16 palhetas mensais. Ao longo de 12 meses, isso equivale a 192 palhetas por ano. Como as palhetas geralmente são fornecidas em caixas com 10 unidades, o total necessário seria de 200 palhetas anuais. Dividos no dois tipos de numeração de preferência dos músicos.</p>
---	--	--------	--------------	----	---

3	<p>Palheta para Saxofone alto (Mib - Eb), fabricada em cana da alta qualidade (Arundo donax), no tipo de corte ZZ com espessura da ponta: 0,10 mm e Espessura do talão: 3,25 mm, de dureza e força N° 2,5, cada palheta deve ser acondicionada individualmente em embalagens com barreira de umidade. As embalagens devem conter informações claras sobre: modelo, especificações técnicas, data de fabricação e lote. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música</p>	473280	Caixa com 10	20	<p>Na banda, temos 4 músicos do sax alto que utilizam, em média, 4 palhetas por mês cada um, resultando em um consumo total de 16 palhetas mensais. Ao longo de 12 meses, isso equivale a 192 palhetas por ano. Como as palhetas geralmente são fornecidas em caixas com 10 unidades, o total necessário seria de 200 palhetas anuais.</p>
---	--	--------	--------------	----	--

4	<p>Palheta para Saxofone Tenor (Sib - Bb), fabricada em cana da alta qualidade (Arundo donax), no tipo de corte JAVA com espessura da ponta: 0,11 mm e Espessura do talão: 3,25 mm, de dureza e força N° 3, cada palheta deve ser acondicionada individualmente em embalagens com barreira de umidade. As embalagens devem conter informações claras sobre: modelo, especificações técnicas, data de fabricação e lote. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música</p>	473282	Caixa com 5	10	<p>Na banda, temos 4 músicos do sax tenor que utilizam, em média, 4 palhetas por mês cada um, resultando em um consumo total de 16 palhetas mensais. Ao longo de 12 meses, isso equivale a 192 palhetas por ano. Como as palhetas geralmente são fornecidas em caixas com 5 unidades, e temos 4 tipos de numeração de preferência dos músicos, o total necessário seria de 200 palhetas anuais.</p>
---	---	--------	-------------	----	---

5	<p>Palheta para Saxofone Tenor (Sib - Bb), fabricada em cana da alta qualidade (Arundo donax), no tipo de corte TRADICIONAL com espessura da ponta: 0,09 mm e Espessura do talão: 2,8 mm, de dureza e força N° 3, cada palheta deve ser acondicionada individualmente em embalagens com barreira de umidade. As embalagens devem conter informações claras sobre: modelo, especificações técnicas, data de fabricação e lote. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música</p>	473282	Caixa com 5	10	<p>Na banda, temos 4 músicos do sax tenor que utilizam, em média, 4 palhetas por mês cada um, resultando em um consumo total de 16 palhetas mensais. Ao longo de 12 meses, isso equivale a 192 palhetas por ano. Como as palhetas geralmente são fornecidas em caixas com 5 unidades, e temos 4 tipos de numeração de preferência dos músicos, o total necessário seria de 200 palhetas anuais.</p>	<b>EXCLUSIVA</b>
---	---	--------	-------------	----	---	------------------

6	<p>Palheta para Saxofone Tenor (Sib - Bb), fabricada em cana da alta qualidade (Arundo donax), no tipo de corte TRADICIONAL com espessura da ponta: 0,09 mm e Espessura do talão: 2,8 mm, de dureza e força N° 3,5, cada palheta deve ser acondicionada individualmente em embalagens com barreira de umidade. As embalagens devem conter informações claras sobre: modelo, especificações técnicas, data de fabricação e lote. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música</p>	467070	Caixa com 5	10	<p>Na banda, temos 4 músicos do sax tenor que utilizam, em média, 4 palhetas por mês cada um, resultando em um consumo total de 16 palhetas mensais. Ao longo de 12 meses, isso equivale a 192 palhetas por ano. Como as palhetas geralmente são fornecidas em caixas com 5 unidades, e temos 4 tipos de numeração de preferência dos músicos, o total necessário seria de 200 palhetas anuais.</p>
---	---	--------	-------------	----	---

7	<p>Palheta para Saxofone Tenor (Sib - Bb), fabricada em cana da alta qualidade (Arundo donax), no tipo de corte ZZ com espessura da ponta: 0,10 mm e Espessura do talão: 3,25 mm, de dureza e força N° 3, cada palheta deve ser acondicionada individualmente em embalagens com barreira de umidade. As embalagens devem conter informações claras sobre: modelo, especificações técnicas, data de fabricação e lote. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música</p>	472005	Caixa com 5	10	<p>Na banda, temos 4 músicos do sax tenor que utilizam, em média, 4 palhetas por mês cada um, resultando em um consumo total de 16 palhetas mensais. Ao longo de 12 meses, isso equivale a 192 palhetas por ano. Como as palhetas geralmente são fornecidas em caixas com 5 unidades, e temos 4 tipos de numeração de preferência dos músicos, o total necessário seria de 200 palhetas anuais.</p>
8	<p>Adesivo Protetor de Boquilha, transparente, de espessura: 0,35 mm. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música</p>	473384	Caixa com 6	10	<p>Atualmente, na banda, temos 12 instrumentistas que utilizam boquilha em seus instrumentos e necessitam do adesivo. Com base no cálculo médio de uso, cada músico precisa de aproximadamente 5 adesivos por ano, totalizando 60 adesivos anuais</p>
9	<p>Palheta para Clarinete (Sib - Bb), do tipo Tradicional de dureza N° 2 Destino: APROS</p>	445361	Caixa com 10	20	<p>As quantidades do material destinados a projetos Sociais da (APROS) foram baseadas no pedido de inclusão de demanda constado no processo 00053-00121389/2024-41</p>

10	Palheta para Clarinete (Sib - Bb), do tipo Tradicional de dureza N° 2,5 Destino: APROS	445361	Caixa com 10	20	As quantidades do material destinados a projetos Sociais da (APROS) foram baseadas no pedido de inclusão de demanda constado no processo 00053-00121389/2024-41.
11	Palheta para Saxofone Alto (Mib - Eb), do tipo Tradicional de dureza N° 2 Destino: APROS	473279	Caixa com 10	5	As quantidades do material destinados a projetos Sociais da (APROS) foram baseadas no pedido de inclusão de demanda constado no processo 00053-00121389/2024-41
12	Palheta para Saxofone Alto (Mib - Eb), do tipo Tradicional de dureza N° 2,5 Destino: APROS	473280	Caixa com 10	5	As quantidades do material destinados a projetos Sociais da (APROS) foram baseadas no pedido de inclusão de demanda constado no processo 00053-00121389/2024-41.
13	Palheta para Saxofone Tenor (Sib - Bb), do tipo Tradicional de dureza N° 2 Destino: APROS	467070	Caixa com 5	10	As quantidades do material destinados a projetos Sociais da (APROS) foram baseadas no pedido de inclusão de demanda constado no processo 00053-00121389/2024-41.
14	Palheta para Saxofone Tenor (Sib - Bb), do tipo Tradicional de dureza N° 2,5 Destino: APROS	467070	Caixa com 5	10	As quantidades do material destinados a projetos Sociais da (APROS) foram baseadas no pedido de inclusão de demanda constado no processo 00053-00121389/2024-41

	15	Lubrificante para a Vara do Trombone Profissional(Trombone slide lubricant), de alta performance, de composição sintética, com a fórmula avançada para nunca seca ou ficar sólida com o uso, conter um bico para fácil aplique do lubrificante, máximo de 30ml. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música	465372	Unidade	20	A banda possui atualmente cinco trombonistas. Cada um deles utiliza, em média, de 3 a 4 frascos de lubrificante para a vara do trombone ao ano. No cenário de maior consumo, considerando 4 frascos por músico, o total necessário será de 20 frascos.
	16	Óleo Lubrificante Rotor/Pisto Profissional(Valve Oil), para instrumentos de metal, de alta performance, de viscosidade fina, de composição sintética, conter um bico para fácil aplique do óleo, máximo de 60ml. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música	458629	Unidade	20	Atualmente, a banda conta com 10 instrumentistas de metal. Cada um deles utiliza, em média, 2 frascos de lubrificante para o rotor e o pisto de seus instrumentos ao ano. Portanto, a demanda total de lubrificante para os instrumentos de metal da banda é de aproximadamente 20 frascos.
2						<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA</b>

17	Graxa para as voltas/bombas de afinação de instrumentos de metal(Tuning Slide Grease), máximo de 20ml. O produto deve ser de fabricante com comprovada atuação no setor musical, reconhecido por músicos profissionais e lojas especializadas. Devem ser apresentados catálogos ou referências de mercado que atestem a qualidade do produto. Destino: Banda de música	465372	Unidade	10	Foi calculado um unidade para cada instrumentista de metal da banda ao ano com um total de 10 frascos de graxa.
18	Lubrificante para Vara do Trombone Destino: APROS	465372	Unidade	20	As quantidades do material destinados a projetos Sociais da (APROS) foram baseadas no pedido de inclusão de demanda constado no processo 00053-00121389/2024-41
19	Óleo Lubrificante para pisto de instrumento musical Destino: APROS	458629	Unidade	20	As quantidades do material destinados a projetos Sociais da (APROS) foram baseadas no pedido de inclusão de demanda constado no processo00053-00121389/2024-41

\*O código utilizado do catálogo de materiais (CATMAT) para o objeto apresenta a descrição (óleo lubrificante). Como não foi encontrado um código idêntico, optou-se por utilizar um código genérico e mais próximo para o objeto

#### 8. PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS PARA A AQUISIÇÃO

Em cumprimento à Seção VII do Capítulo IV do Decreto distrital nº 44.330/2023, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o preço total máximo aceitável estimado para aquisição é de **R\$ 58.494,65 (cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos)**, de acordo com a pesquisa de preços, detalhada na planilha de custos, Planilha Financeira (170701379).

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Palheta Clarinete Bb Tradicional nº 3 - Banda de Música	CAIXA	10	R\$ 341,05	R\$ 3.410,50

1	2	Palheta Clarinete Bb Tradicional nº 3,5 - Banda de Música	CAIXA	10	R\$ 336,77	R\$ 3.367,70
	3	Palheta Saxofone Alto Eb ZZ nº 2,5 - Banda de Música	CAIXA	20	R\$ 407,22	R\$ 8.144,40
	4	Palheta Saxofone Tenor Bb Java nº 3 - Banda de Música	CAIXA	10	R\$ 329,50	R\$ 3.295,00
	5	Palheta Saxofone Tenor Bb Tradicional nº 3 - Banda de Música	CAIXA	10	R\$ 292,50	R\$ 2.925,00
	6	Palheta Saxofone Tenor Bb Tradicional nº 3,5 - Banda de Música	CAIXA	10	R\$ 305,10	R\$ 3.051,00
	7	Palheta Saxofone Tenor Bb ZZ nº 3 - Banda de Música	CAIXA	10	R\$ 317,76	R\$ 3.177,60
	8	Adesivo Protetor de Boquilha - Banda de Música	CAIXA	10	R\$ 131,00	R\$ 1.310,00
	9	Palheta Clarinete Bb Tradicional nº 2 (APROS)	CAIXA	20	R\$ 325,80	R\$ 6.516,00
	10	Palheta Clarinete Bb Tradicional nº 2,5 (APROS)	CAIXA	20	R\$ 338,30	R\$ 6.766,00
	11	Palheta Saxofone Alto Eb Tradicional nº 2 (APROS)	CAIXA	5	R\$ 351,67	R\$ 1.758,35
	12	Palheta Saxofone Alto Eb Tradicional nº 2,5 (APROS)	CAIXA	5	R\$ 398,22	R\$ 1.991,10
	13	Palheta Saxofone Tenor Bb Tradicional nº 2 (APROS)	CAIXA	10	R\$ 285,75	R\$ 2.857,50
	14	Palheta Saxofone Tenor Bb Tradicional nº 2,5 (APROS)	CAIXA	10	R\$ 318,05	R\$ 3.180,50
	Valor do grupo 1					
2	15	Lubrificante para a Vara do Trombone Profissional - Banda de Música	UNIDADE	20	R\$ 127,00	R\$ 2.540,00
	16	Óleo para Rotor/Pisto Profissional - Banda de Música	UNIDADE	20	R\$ 119,00	R\$ 2.380,00
	17	Graxa para as voltas de afinação - Banda de Música	UNIDADE	10	R\$ 90,00	R\$ 900,00
	18	Lubrificante para Vara do Trombone (APROS)	UNIDADE	20	R\$ 26,40	R\$ 528,00
	19	Óleo para pisto de instrumento musical (APROS)	UNIDADE	20	R\$ 19,80	R\$ 396,00
Valor do grupo 2						R\$ 6.744,00
Valor Total						R\$ 58.494,65

## 9. FORMA DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA, CORREÇÃO DE VÍCIOS E RECEBIMENTO DO OBJETO

A entrega do objeto deverá ser processada de forma **INTEGRAL (TODO QUANTITATIVO DE UMA SÓ VEZ)** no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, quando não houver a formalização do instrumento de contrato.

O **LOCAL DE ENTREGA** do objeto será no Centro de Suprimento e Material (CESMA) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul (SAIS) Quadra 4, lote 5, Setor Policial Sul, Complexo da Academia de Bombeiro Militar – Brasília - DF, CEP 70.602-900, telefone: (61) 98321 6963 ou (61) 3193 0293. O dia e horário da entrega será em **dias úteis** das 13:30 às 18:00 horas em de segunda a quinta-feira e das 7:30 às 12:00 de sexta-feira, necessitando de agendamento 24 horas antes pelo e-mail: cesma.srmat@cbm.df.gov.br ou pelo telefone citado.

Os bens serão recebidos **PROVISORIAMENTE** no ato da entrega para verificação da conformidade,

qualidade e quantidade do material pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta

O prazo para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados no(s) objeto(s) ou realizar substituições do(s) objeto(s) que não atender(em) às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, **POR OCASIÃO DA ENTREGA PROVISÓRIA**, e entregá-lo(s) com as correções ou substituições necessárias será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação por parte do CBMDF à contratada.

O objeto será recebido **DEFINITIVAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação.

Após o recebimento definitivo do objeto será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

Se a contratada deixar de entregar o objeto dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas na Lei nº 14.133/2021, conforme o Art. 142 do Decreto distrital 44.330/2023, no Edital e neste Termo de Referência.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança pela entrega do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Todos os objetos deverão ser entregues **NOVOS**, sem uso, devidamente embalados e protegidos, acompanhados das respectivas notas fiscais, do termo de garantia, manuais de instrução de uso e conservação, armazenamento e acondicionamento, todos em língua portuguesa.

## 10. DA GARANTIA

Ao que couber garantia, a empresa contratada deverá fornecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias para o objeto da licitação, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual a empresa se obriga, independentemente de ser ou não a fabricante do produto, a efetuar correções ou substituições necessárias no(s) **OBJETO(S) QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA**, sem ônus para o CBMDF, desde que estes não sejam provenientes de operação ou manuseio inadequado.

O prazo para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados no(s) objeto(s) ou realizar substituições do(s) objeto(s) **QUE APRESENTAREM DEFEITOS DURANTE O PRAZO DE GARANTIA**, conforme citado no item anterior, e entregá-lo(s) com as correções ou substituições necessárias será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação por parte do CBMDF à contratada.

## 11. VALIDADE

Ao que couber validade, a empresa contratada deverá fornecer o objeto da licitação com no mínimo 75% de sua validade, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, de acordo com as normas vigentes, pelo qual a empresa se obriga, independentemente de ser ou não a fabricante do produto, **a efetuar correções ou substituições necessárias no(s) OBJETO(S) QUE APRESENTAREM-SE FORA DO PRAZO DE VALIDADE**, sem ônus para o CBMDF.

O prazo para a contratada realizar correções ou realizar substituições do(s) objeto(s) **QUE APRESENTAREM-SE FORA DO PRAZO DE VALIDADE**, conforme citado no item anterior, e entregá-lo(s) será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação por parte do CBMDF à contratada.

## 12. DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, persistindo as obrigações decorrentes da garantia.

## 13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um executor ou comissão executora do

contrato, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, bem como, exigir e fiscalizar o atendimento às especificações previstas para o objeto da licitação e de tudo dará ciência à Administração, permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar as decisões com informações pertinentes a essa atribuição.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Distrital 44.330/2023

O executor do contrato ou a comissão executora do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis sobre eventuais ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado.

O recebimento definitivo do objeto ficará a cargo do executor do contrato ou da comissão executora do contrato.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência e no Edital, sob pena de rescisão do contrato e da execução de garantia para o ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei.

Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciárias, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes do fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias ao fornecimento do objeto.

Fornecer o objeto de forma a cumprir todas as normas legais de produção, transporte e armazenamento.

Comunicar à Contratante quaisquer irregularidades ocorridas ou observadas durante a entrega do objeto.

A Contratada deverá aplicar critérios de sustentabilidade ambiental conforme determina a Lei distrital nº 4.770/2012, devendo para tal apresentar declaração própria ou de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental, conforme art. 7º, Parágrafo único, da Lei Distrital nº 4.770/2012.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Nomear o Executor ou Comissão Executora do Contrato, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021 por meio da Diretoria de Contratações e Aquisições (DICOA), para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.

Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à entrega do objeto da licitação.

Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no objeto da contratação.

#### **16. DO PAGAMENTO**

O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada em até 30 (trinta) dias a contar de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor de Contrato/Executor da Nota de Empenho, devidamente nomeado pelo CBMDF.

No caso de violação de quaisquer disposições estipuladas neste Termo de Referência, serão passíveis de aplicação as penalidades aqui delineadas. Esse procedimento seguirá os princípios do devido processo legal, assegurando garantias ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com os Art. nº 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e o Decreto 44.330/2023.

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 1.3 der causa à inexecução total do contrato;
- 1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, mediante processo administrativo com observância do devido processo legal administrativo, das garantias do contraditório e da ampla defesa, e da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 2.1 Advertência;
- 2.2 Multa;
- 2.3 Impedimento de licitar e contratar; e
- 2.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, com forme normas e orientações dos órgãos de controle.

4. Compete ao Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF, nos termos do art. 121 da Portaria nº 21/2011, aplicar as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso II do §6º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1 Compete ao Chefe do Departamento de Administração Logística e Financeira do CBMDF analisar e julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas pelo Diretor de Contratações e Aquisições.

5. Compete ao Comandante-Geral do CBMDF aplicar a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar, que será precedida de análise jurídica.

5.1 Caberá apenas Pedido de Reconsideração da decisão proferida pelo Comandante-Geral do CBMDF nos casos de aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade, prevista no item 10.1.4 deste instrumento.

6. A aplicação das sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais militares, que avaliará os fatos e as circunstâncias e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de quinze dias úteis, contado da data da intimação.

6.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7. Na aplicação das sanções de Advertência e Multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8. Da aplicação das sanções de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar caberá Recurso Administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9. Todas as comunicações, inclusive a intimação para apresentação de Defesa Prévia e Recurso Administrativo serão realizadas por meio eletrônico através do endereço de e-mail cadastrado na proposta, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

9.1 Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação e confirmar o recebimento, certificando-se nos autos a sua realização.

9.2 Na hipótese do item anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

9.3 A consulta referida nos itens anteriores deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada no primeiro dia útil seguinte à data do término desse prazo.

9.4 No prazo destinado ao exercício do direito de defesa, a empresa contratada ou licitante poderá solicitar vista dos autos referentes ao Procedimento Apuratório e o Processo Principal da contratação, ocasião em que será realizada a disponibilização de acesso externo via e-mail cadastrado na proposta ou endereço eletrônico informado no momento do pedido.

9.5 A empresa contratada poderá apresentar a Defesa Prévia ou interpor o Recurso Administrativo através do endereço eletrônico [dicoa.sutec@cbm.df.gov.br](mailto:dicoa.sutec@cbm.df.gov.br), ou presencialmente na secretaria da Diretoria de Contratações e Aquisições, situada no SAM Lote D, Módulo E – Quartel do Comando Geral, Brasília – DF.

10. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11. A aplicação das sanções previstas neste contrato ou instrumento congêneres serão formalizadas mediante Apostilamento no processo principal da contratação, bem como publicadas em DODF e inscritas no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção.

12. Os prazos referentes às penalidades aplicadas aos contratados, sobretudo quando às sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade, para todos os efeitos, são contados a partir da data de aplicação da sanção, sendo a publicação no SICAF e no Diário Oficial do Distrito Federal mero ato de publicidade da sanção.

13. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1 A sanção de Advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

14. A sanção de Multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora e obedecerá os seguintes percentuais:

15.1 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, quando houver um dia de atraso.

15.2 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, limitado a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, quando houver mais de um dia de atraso.

16. A aplicação de multa de mora não impedirá a sua conversão em compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato, e obedecerá os seguintes percentuais:

16.1 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

16.2 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do contrato;

16.3 de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de obrigações contratuais acessórias.

17. Caso a contratada entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue, limitado o percentual máximo das multas a 30% sobre o valor total do contrato.

18. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

18.1 o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

18.2 quando a soma dos valores atribuídos à título de multa à contratada for considerada irrisória, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes;

18.2.1 Será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

19. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o contrato poderá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma prevista neste Contrato.

20. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CBMDF à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será emitido Documento de Arrecadação do Distrito Federal – DAR, com prazo de 30 dias corridos para o efetivo pagamento.

20.1 Em caso de não pagamento da multa aplicada, a sanção será agravada de forma automática, aplicando-se, de forma cumulativa, a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar no patamar máximo de 3 (três) anos, bem como encaminhado os autos à Procuradoria Geral do Distrito Federal para fins de análise quanto à viabilidade de ajuizamento de ação judicial para cobrança do débito.

20.2 A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar aplicada em decorrência de agravamento pelo não pagamento de multa anteriormente aplicada poderá ser revogada mediante a comprovação de pagamento da multa via DAR, encaminhado o comprovante à Corporação.

21. A sanção de multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida e observado o princípio da proporcionalidade.

22. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.1 A aplicação da sanção de Impedimento de Licitar e Contratar deverá seguir os trâmites descritos no item 6.

23. A penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a Declaração de Inidoneidade.

24. A sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.1 A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar deverá seguir os trâmites descritos no item 6.

25. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

28. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

29. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

ANA Brito do Amaral Cotrim - Ten-Cel. QOBM/Comb.

Chefe da DIMAT/SEPEC

Matr. 1924745



Documento assinado eletronicamente por ANA BRITO DO AMARAL COTRIM - Ten-Cel. QOBM/Comb. - Matr.01924745, Chefe da Seção de Elaboração de Projetos Básicos e Pedidos de Compras, em 11/06/2025, às 09:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 170309965 código CRC= 04371876.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco D, Lote E, - Bairro Asa Norte - CEP 70620-040 - DF

Telefone(s):

Sítio - [www.cbm.df.gov.br](http://www.cbm.df.gov.br)

00053-00197044/2024-68

Doc. SEI/GDF 170309965

## ANEXO II

### MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES DO CBMDF

Endereço: Setor de Administração Municipal – SAM, Quadra “B”, Bloco “D”, CEP 70610-600, Brasília/DF (ao lado do DER) fone 0xx(61) 3901-0190.

Apresentamos PROPOSTA DE PREÇOS de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90031/2025 -DICOA/DEALF/CBMDF, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

*NOME DA PROPONENTE:*

*CNPJ:*

*INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL OU DISTRITAL:*

*ENDEREÇO COMPLETO:*

*TELEFONE:*

*ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÔNICO:*

*DADOS BANCÁRIOS:*

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus respectivos Anexos.

Nossa cotação para o fornecimento do objeto está especificada, conforme abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Palheta Clarinete Bb Tradicional nº 3 - Banda de Música	CAIXA	10			
	2	Palheta Clarinete Bb Tradicional nº 3,5 - Banda de Música	CAIXA	10			
	3	Palheta Saxofone Alto Eb ZZ nº 2,5 - Banda de Música	CAIXA	20			
	4	Palheta Saxofone Tenor Bb Java nº 3 - Banda de Música	CAIXA	10			
	5	Palheta Saxofone Tenor Bb Tradicional nº 3 - Banda de Música	CAIXA	10			
	6	Palheta Saxofone Tenor Bb Tradicional nº 3,5 - Banda de Música	CAIXA	10			
	7	Palheta Saxofone Tenor Bb ZZ nº 3 - Banda de Música	CAIXA	10			
	8	Adesivo Protetor de Boquilha - Banda de Música	CAIXA	10			
	9	Palheta Clarinete Bb Tradicional nº 2 (APROS)	CAIXA	20			
	10	Palheta Clarinete Bb Tradicional nº 2,5 (APROS)	CAIXA	20			
	11	Palheta Saxofone Alto Eb Tradicional nº 2 (APROS)	CAIXA	5			
	12	Palheta Saxofone Alto Eb Tradicional nº 2,5 (APROS)	CAIXA	5			
	13	Palheta Saxofone Tenor Bb Tradicional nº 2 (APROS)	CAIXA	10			
	14	Palheta Saxofone Tenor Bb Tradicional nº 2,5 (APROS)	CAIXA	10			
<b>Valor do grupo 1</b>							
	15	Lubrificante para a Vara do Trombone Profissional - Banda de Música	UNIDADE	20			

2	16	Óleo para Rotor/Pisto Profissional - Banda de Música	UNIDADE	20			
	17	Graxa para as voltas de afinação - Banda de Música	UNIDADE	10			
	18	Lubrificante para Vara do Trombone (APROS)	UNIDADE	20			
	19	Óleo para pisto de instrumento musical (APROS)	UNIDADE	20			
<b>Valor do grupo 2</b>							
<b>Valor Total</b>							

**Como alguns itens da presente aquisição se dará por agrupamento e devido a limitação do sistema, informo que não serão aceitas propostas que apresentarem valores globais e unitários acima do estimado. Desta feita, em que pese o cadastramento da proposta inicial em sistema se dê pelo valor global (todo material), ao apresentar suas propostas detalhadas, contemplando cada item relacionado no tópico 8 do Termo de Referência N° 166/2025 - DIMAT, estes deverão ter valores unitários inferiores aos estimados por item.**

Declaramos que esta proposta tem validade de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos. *[Prazo não será inferior a 60 (sessenta) dias]*

Declaro que prestarei os serviços da forma especificada no Termo de Referência que segue como Anexo I ao Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90031/2025 -DICOA/DEALF/CBMDF.

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante



Documento assinado eletronicamente por **ELCIO DE AZEVEDO CARDOSO - Ten-Cel. QOBM/Comb. - Matr.01417762, Diretor(a) de Contratações e Aquisições substituto(a)**, em 12/08/2025, às 16:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=178469732)  
verificador= **178469732** código CRC= **64F9474F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM Bloco D Módulo E - Palácio Imperador Dom Pedro II - QCG/CBMDF - Bairro ASA NORTE - CEP 70640-020 - DF  
31930190

00053-00197044/2024-68

Doc. SEI/GDF 178469732